



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

HABEAS CORPUS Nº 204838-4

IMPETRANTE: YOLANDA ALEXANDRINO DA SILVA

231

PACIENTE: TIAGO ANDRADE CABRAL

PROCURADOR DE JUSTIÇA: Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti

RELATOR: Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. INOCORRÊNCIA. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. -- DENEGAÇÃO DA ORDEM. DECISÃO UNÂNIME.

1. A ultrapassagem dos prazos legais não leva necessariamente ao relaxamento da prisão do réu, devendo ser sempre observado o princípio da razoabilidade.
2. No caso em comento, o atraso encontra-se devidamente justificado pela complexidade do feito, pela inexistência de pauta vaga em datas mais próximas para a realização das audiências e pelo exercício cumulativo da juíza em outra Vara Criminal.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do *habeas corpus* nº 204838-4 em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os

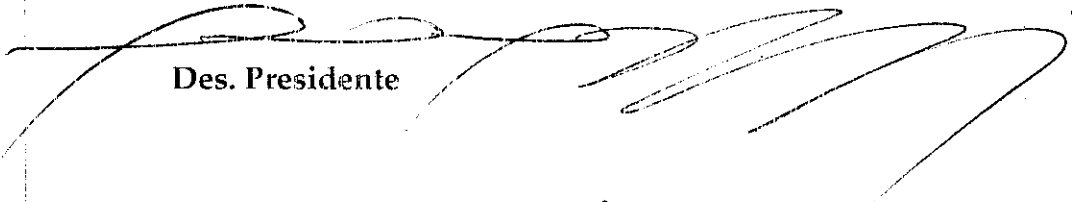
Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de
Justiça, unanimemente, em denegar a ordem requerida, nos termos do voto do
Exmº Desembargador Relator.




Recife, 2 de fevereiro

de 2000.

232


Des. Presidente


Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0204838-4

HABEAS CORPUS

233

IMPETRANTE: YOLANDA ALEXANDRINO DA SILVA

PACIENTE: TIAGO ANDRADE CABRAL

PROCURADOR DE JUSTIÇA: Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti

RELATOR: Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

RELATÓRIO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado pela Acadêmica de Direito Yolanda Alexandrino da Silva em favor de **TIAGO ANDRADE CABRAL**, o qual se encontra recolhido cautelarmente desde o dia 11 de abril de 2009, quando foi preso em flagrante pela suposta prática de crime de roubo qualificado, tendo sido apontado como autoridade coatora o Juízo de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca de Olinda.

Alega a impetrante, em apertada síntese, que o acusado está sofrendo constrangimento ilegal decorrente do excesso de prazo na formação da culpa, pois se encontra custodiado há mais de 08 (oito) meses sem que tenha sido julgado. Ainda segundo ela, a defesa não concorreu para o atraso na tramitação processual.

Nestes termos, pugna pela concessão da ordem, com a expedição do competente alvará de soltura em favor do paciente.

Não houve pedido de liminar.

A autoridade apontada coatora prestou informações às fls. 21/22, relatando que, desde maio de 2009, encontra-se em exercício cumulativo na 1ª Vara

Criminal de Olinda, onde, além de despachar e sentenciar nos respectivos processos, realiza audiências diárias, concomitantemente aos feitos em tramitação perante a 3ª Vara Criminal, havendo, portanto, a necessidade de serem compatibilizadas as pautas de audiências das duas Varas. Assim, aduz que restaria plenamente justificado qualquer retardamento processual.

234



De acordo com a ilustre juíza, a denúncia relativa ao feito em questão foi oferecida em 22 de abril de 2009, tendo sido recebida poucos dias depois, através de despacho em que também foi determinada a citação do paciente e do co-réu para apresentarem defesa prévia. O paciente ofereceu defesa preliminar em 09 de junho de 2009 e, o co-réu, em 22 de maio do mesmo ano.

Segundo a referida autoridade, por não terem sido trazidos aos autos elementos que ensejassem a configuração de excludente de ilicitude, houve a ratificação do recebimento da denúncia, sendo designada audiência de instrução e julgamento para o dia 10 de dezembro daquele ano, dada a inexistência de pauta vaga anterior.

Por fim, registrou a magistrada que o feito foi submetido à apreciação do mutirão carcerário, sendo mantida a prisão do acusado sob o entendimento de que a tramitação processual está dentro da normalidade e de que a eventual soltura do paciente geraria um sentimento de insegurança e impunidade na sociedade.

Instada a se pronunciar, a douta Procuradoria de Justiça opinou pela concessão da ordem, por entender que restou configurado o excesso de prazo.

É O RELATÓRIO.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 204838-4

HABEAS CORPUS

235

IMPETRANTE: YOLANDA ALEXANDRINO DA SILVA

PACIENTE: TIAGO ANDRADE CABRAL

PROCURADOR DE JUSTIÇA: Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti

RELATOR: Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

VOTO

Sr. Des. Presidente,

Srs. Desembargadores,

Sr.(a) Procurador(a).

Segundo as informações constantes dos autos, o paciente foi denunciado, como incurso nas sanções do artigo 157, §§1º e 2º, incisos II e V, do Código Penal, encontrando-se custodiado desde o dia 11 de abril de 2009, quando foi preso em flagrante.

Alega a impetrante que o acusado está sofrendo constrangimento ilegal pelo excesso de prazo na formação da culpa, já que está encarcerado há mais de 08 (oito) meses sem que tenha sido julgado. Alega, ainda, que a defesa não vem dando causa ao atraso verificado na instrução processual.

Por tal razão, pugna pela concessão da ordem a fim de que o paciente possa responder o processo em liberdade.

É de notório conhecimento, entretanto, que a mera ultrapassagem dos prazos legais não leva necessariamente ao relaxamento da prisão do réu, devendo ser sempre observadas as peculiaridades de cada processo, não se podendo falar em

constrangimento ilegal quando o excesso é justificável. É o que preconiza o princípio da razoabilidade.

236



No presente caso, tenho que o processo é complexo, pois conta com dois réus, diferentes advogados e, conforme ressaltou a douta juíza, as defesas apresentaram vários pedidos de liberdade provisória. Ademais, certos fatos impossibilitaram a finalização da fase instrutória com mais brevidade: sobretudo a inexistência de pauta vaga antes do dia 10 de dezembro de 2009, data designada para a audiência de instrução e julgamento, e, neste dia, a não apresentação do acusado pelo órgão competente, conforme informação obtida na internet. Afora tais circunstâncias, há de se destacar ainda que a juíza está em exercício cumulativo na 1ª Vara Criminal da Comarca de Olinda, tendo que sentenciar, despachar a realizar audiências diárias, compatibilizando as pautas de duas Varas Criminais.

Tais informações demonstram que a juíza e o Ministério Público não são responsáveis pelo atraso verificado no curso da ação penal, decorrendo tal demora, na verdade, dos imprevistos surgidos durante a tramitação processual e das dificuldades naturais encontradas no andamento de tantos processos, principalmente na escolha de datas mais próximas para a realização das audiências.

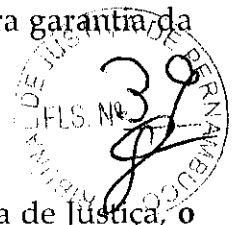
Assim, mostra-se forçosa a conclusão de que inexistente constrangimento ilegal a ser sanado mediante o presente *writ*, restando plenamente justificado o retardamento existente.

Vale ressaltar, também, que a audiência de instrução e julgamento encontra-se designada para o dia 23 de fevereiro do ano em curso, de modo que já se visualiza o encerramento do processo em discussão.

Por fim, cabe destacar que o paciente é acusado de um crime grave (roubo qualificado, inclusive com a manutenção da vítima em seu poder, restringindo-

lhe a liberdade), o que leva à conclusão de que sua prisão é necessária para garantia da ordem pública.

237



Por todo o exposto, e pedindo vênica à douta Procuradora de Justiça, o meu voto é pela denegação da ordem.

É COMO VOTO.